

O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA NO MERCADO DE TRABALHO

Janine Berg*

Durante a Conferência Internacional do Trabalho, em 2009, foi aprovado pelos cento e oitenta e três estados membros da OIT o pacto mundial de emprego por unanimidade. Por que houve esse pacto? Mais do que nada, porque houve um reconhecimento de que, mesmo que uma crise financeira comece em Wall Street ou na Avenida Paulista, os efeitos dessas crises irão para as pequenas ruas da cidade, nas *Main Street* das cidades. E também porque as políticas que se concentram no emprego, na proteção social, são muito eficazes para mitigar os efeitos mais perversos da crise.

Vemos nessas cifras e neste gráfico o aumento do desemprego mundial. De 2004 até 2008, houve um descenso no número de desempregados no mundo. Em 2008, estava em cento e oitenta e cinco milhões. Com a crise de emprego se prevê que, em 2010, esse número será de duzentos e nove milhões, com um aumento de vinte e quatro milhões de desempregados em apenas dois anos. Pode-se ver também que o mesmo acontece na América Latina. Houve uma melhoria no mercado de trabalho depois de 2004. Com a crise, o desemprego aumentou em três milhões, chegando a vinte e dois milhões de pessoas.

Nota-se também que temos um problema mundial muito sério, que é o número de trabalhadores pobres, que são as pessoas que trabalham por menos de dois dólares por dia. Em 2008, havia um bilhão cento e oitenta e três milhões de trabalhadores pobres no mundo, aumentando atualmente em quase 15%.

A seguir, o pacto mundial tratava de enfrentar esses desafios e assegurar que as pessoas trabalhadoras do mundo não fossem tão afetadas como o seriam. O objetivo do pacto é cuidar para que as questões de emprego, de mercado de trabalho, tal como a proteção social e o respeito aos direitos dos trabalhadores, ocupem um lugar central nas medidas de estímulo e nas outras políticas nacionais destinadas a enfrentar a crise.

Tem-se de centrar as políticas para mitigar esses efeitos na área de emprego. Muitas vezes, a ênfase é somente no sistema bancário, que é

* Especialista em Emprego da OIT.

necessário, mas se esquecem um pouco de como o trabalhador será afetado, além de usar o diálogo social na definição e na implementação das políticas, já que é um instrumento fundamental de consenso. O pacote trata de convencer os países a dedicar mais recursos para o emprego e a proteção social. Portanto, os pacotes de estímulos deveriam se concentrar mais no apoio ao emprego.

Um primeiro levantamento feito pela OIT, quando chegou a crise, no final de 2008 e começo de 2009, indicou que, em média, apenas 9,2% dos valores dos pacotes de estímulo anunciados eram para a assistência social destinada a famílias pobres e só 1,8% do valor era para programas de criação de emprego. Isso é muito pouco. Este pacto tratou de oferecer um leque de opções. Não se trata de um enfoque único que se aplica por igual a todos os países.

Reconhecemos que todos os países são diferentes, que têm diferentes níveis de desenvolvimento, que em alguns países já existem políticas que podem ser aumentadas facilmente e que não se tem de começar de novo com novas políticas e que há diferenças entre os países. O importante era reconhecer que se teria de focar tudo nas questões de emprego e proteção social. E procura-se promover uma melhora na coerência de políticas mundiais, já que é uma crise mundial e é um pacto, porque é um compromisso conjunto de atuar na implantação de políticas acordadas entre os conselhos tripartites da OIT.

Quais são as medidas do pacto? Primeiramente, garantir o apoio e os fluxos de crédito para as empresas, em particular as pequenas e médias empresas. Sem crédito não há investimento; sem investimento não há demanda para o emprego. É bem importante focar em crédito. Segundo, preservar postos de trabalho, apoiando a aplicação de jornadas reduzidas e o desenvolvimento de competências laborais para limitar as demissões desnecessárias.

Aqui a OIT queria que a primeira resposta não fosse demitir as pessoas. Tem-se de encontrar outras soluções. Por exemplo, na Alemanha, desenvolveu-se uma importante política de *work-sharing*, em que todos trabalharam menos horas por semana. Havia uma pequena redução de salário, que foi pago pelo Governo alemão. Ao fazer assim, isso significou que muito menos pessoas foram demitidas e que a taxa de desemprego na Alemanha, por exemplo, não aumentou tanto como aumentou em países que não fizeram esse tipo de política, como, por exemplo, os Estados Unidos.

Fortalecer os sistemas de seguro-desemprego. Poucos países em desenvolvimento têm sistemas de seguro-desemprego. Na América Latina, só cinco países têm e muitos dos que existem aqui e na América Latina são pouco

desenvolvidos. Era uma chamada importante para criar esses sistemas, reconhecendo que os sistemas de seguro-desemprego que existem, por exemplo, na Europa, foram criados durante tempos de crises na Europa.

É também fazer da crise uma oportunidade, o que é certo. É uma oportunidade para criar políticas necessárias não somente para proteger os trabalhadores, mas também para assegurar o uso de mais opções de políticas anticíclicas para responder a crises.

Quarto: reforçar as políticas ativas de mercado de trabalho para evitar os riscos de desemprego, de larga expressão e exclusão social. Aqui estamos falando de políticas de programas de capacitação, de sistemas de interpretação de mão de obra e também de políticas de criação direta de emprego, que são bem importantes para todos os países, e não somente os países em desenvolvimento.

Aumentar o investimento em projetos de infraestrutura e bens públicos com alto coeficiente de emprego. Os projetos de infraestrutura são bem importantes e dão muito estímulo. Isso é provado em muitos estudos internacionais. Mas, muitas vezes, quando se faz infraestrutura, por exemplo, com construção de vias secundárias, de pequenas ruas, usa-se muito mais capital que o necessário, que se poderia usar mais mão de obra para construir as obras e, assim, fazendo isso, criar mais emprego.

Sexta medida: investir numa economia verde e criar empregos verdes. Como todos sabemos, temos uma crise ambiental mundial, e uma resposta é usar também essa crise para investir em uma economia verde, mas criando trabalhos decentes. Programas de reciclagem, mas nos quais os caçadores de reciclagem tenham condições de trabalho decentes.

Sétimo: introduzir programas de garantia de emprego, especialmente nos países em desenvolvimento. Aqui uma boa prática é o programa da Índia, Lei Negra, no qual todos os trabalhadores rurais têm direito a cem dias de emprego. E isso é uma medida bem importante para assegurar que os trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais, tenham cem dias durante o período em que não há safra, para atender a um rendimento.

Oitavo: introduzir ou estender a proteção social aos grupos de baixa renda e aos trabalhadores do setor informal. Temos, em muitos países, políticas ativas e sistemas de segurança e emprego. Mas o que fazemos com as pessoas que estão fora do mercado de trabalho informal? Nesse aspecto, programas no Brasil, como o Bolsa Família, são bem importantes para ajudar esses trabalhadores que estão fora do mercado formal, mas que também serão afetados por uma crise.

Proteger e promover os direitos no trabalho e as normas internacionais. Minha colega, Dra. Cleópatra, já falou sobre isso. Disse que a crise não podia ser uma escusa para não se respeitar as leis trabalhistas. Não poderia ser uma escusa para flexibilizar o mercado de trabalho ou, flexibilizando-o, não criar emprego. Só piorar as condições de trabalho das pessoas e que era bem importante respeitá-lo. Também, ultimamente, promover o diálogo social, porque esse não somente ajuda para desenhar políticas que são mais eficazes, mas também ajuda a implementar políticas que funcionam bem.